

Orçamento será beneficiado com volta da inflação

Índice em torno de 10% neste ano vai ajudar governo no controle das despesas orçamentárias

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

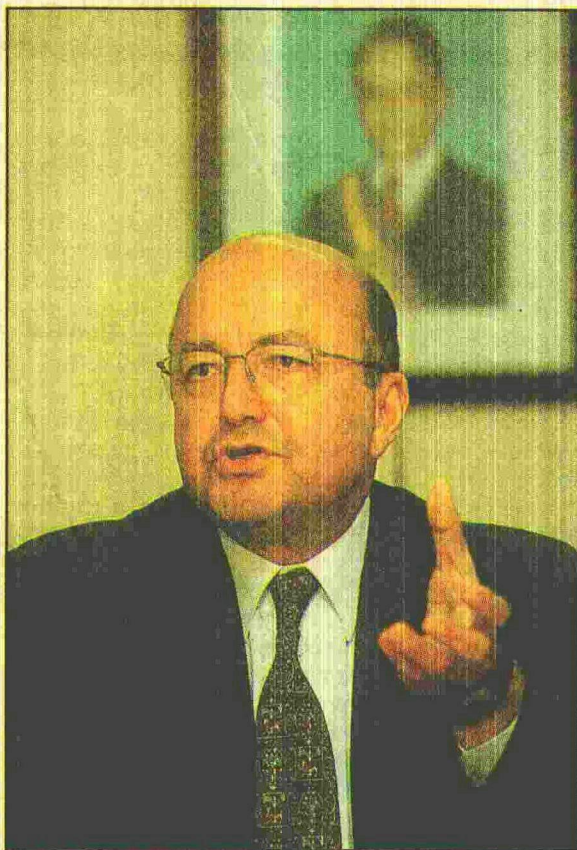
BRASÍLIA – A volta da inflação para cerca de 10% neste ano servirá de instrumento auxiliar do governo na execução orçamentária, especialmente no controle das despesas, cujos valores reais serão corroídos.

Mas esse efeito não poderá ser comparado àquele produzido na época em que as taxas mensais ficavam ao redor de 40%, na opinião do ex-ministro da Fazenda e consultor Mailson da Nóbrega.

“O novo patamar da inflação esperado para 1999 não é suficiente para gerar grandes quedas nas despesas por meio do adiamento dos gastos”, afirmou Mailson. Ele lembrou que a inflação média estimada até o momento, se diluída ao longo do ano, representa ao redor de 1% ao mês.

“Portanto, uma situação bem distinta daquela em que a taxa mensal chegava a 40%”, comparou.

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), do Ministério do Orçamento e Gestão, responsável pela elaboração do orçamento da União, ainda não calculou o impacto da nova taxa de inflação sobre as receitas e despesas previstas na lei orça-



Na opinião do ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o efeito do novo índice sobre o orçamento não poderá ser comparado ao da época em que a inflação era de 40% ao mês

Lindauro Gomes/AE

IMPACTO DA INFLAÇÃO NAS DESPESAS NÃO FOI CALCULADO

mentária em tramitação no Congresso. O titular da Secretaria, Waldemar Giome, disse que uma inflação de cerca de 10% no lugar da taxa anual de 1,75%, embutida na proposta orçamentária, deverá ser favorável à execução orçamentária.

“As receitas serão indexadas mas as despesas permanecerão fixas”, ressaltou Giome. Mesmo que as expectativas tenham piorado em relação à queda da atividade econômica, o resultado deverá ser positivo também para a arrecadação de tributos, na opinião do economista Fábio Giambiaggi.

Como o crescimento da inflação esperado é bem maior do

que o aumento da recessão, ele calcula que a receita nominal será mais alta em relação àquela, embutindo uma taxa anual de inflação de 1,75%.

Salários – Na avaliação do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), membro da Comissão Mista de Orçamento, o maior ganho que o Executivo poderá obter com a alta da inflação deverá ser nas despesas de pessoal. Somente a União gastou em 1998 a quantia de R\$ 46,4 bilhões com a folha dos servidores ativos e inativos.

O parlamentar lembrou que, para o funcionalismo público, o crescimento da inflação será perverso, pois além de pagar cerca de 20% de contribuição previdenciária, ainda perderão cerca de 10% do valor real de seus salários no decorrer deste ano.